



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.franca.sp.leg.br



ANEXO I

MINUTA

TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO

PROCESSO Nº

TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO Nº

TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO, A TÍTULO GRATUITO, DE ÁREA PARA FINS DE instalação de torres e antenas de transmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral.

MUNICÍPIO DE FRANCA, inscrito no Ministério da Fazenda com o C.N.P.J. nº 47.970.769/0001-04, com sede nesta cidade de Franca - Estado de São Paulo, na rua Frederico Moura nº. 1517, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr.

_____,
residente e domiciliado na cidade de Franca – Estado de São Paulo, na

_____,
doravante denominado **CONCEDENTE**, e a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada no município de, na Rua doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pelo(a)..... e CPF nº....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº, resolvem celebrar o presente Contrato de Concessão de Uso de Imóvel, o qual é regido pela Lei Municipal nº _____ e pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato é a concessão de uso, a título gratuito, da seguinte área/local e/ou torre:

.....(*inserir metragem - dimensões, em metros quadrados, a serem indicadas em algarismos e por extenso, como também as construções e torres existentes*).

Referida área ou local encontra-se situado nas dependências da área conjunta e comunitária destinada à **instalação de torres e antenas de transmissão e retransmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão e retransmissão de sons e imagens (televisão), a serem direta e livremente recebidas pelo público em geral**, localizada na(*logradouro, nº, bairro, cidade e unidade federativa*).....

A Concessão de Uso não é exclusiva, de maneira que a Administração Municipal poderá autorizar a utilização compartilhada da área/local ou torre.



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.franca.sp.leg.br



Tratando-se de espaço para uso conjunto e comunitário a todas as concessionárias do Ministério das Comunicações, inviabilizada está a competição, caracterizando-se a hipótese prevista no art. 74 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CONCESSÃO DE USO

2.1. A presente concessão de uso obedecerá às condições especiais adiante elencadas:

2.1.1 vedação de condutas e atividades consideradas legalmente lesivas;

2.1.2 cumprimento das normas relacionadas com o objeto da concessão de uso e com a utilização do imóvel;

2.1.3 aprovação prévia da CONCEDENTE para a realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a ser utilizado pela CONCESSIONÁRIA;

2.1.4 precariedade da CONCESSÃO, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independentemente de indenização;

2.1.5 por se tratar de área conjunta e comunitária, participação proporcional da CONCESSIONÁRIA no rateio das despesas;

2.1.6 fiscalização por parte da CONCEDENTE quando julgar necessário;

2.1.7 vedação de ocorrência de CONCESSÃO, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto do previsto neste Contrato;

2.1.8 reversão da área constituinte da presente concessão de uso, ao término da vigência deste Contrato, independentemente de ato especial;

2.1.9 restituição da ora concedida área em perfeito estado de conservação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

3.1. A CONCEDENTE obriga-se a ceder a mencionada área do imóvel à CONCESSIONÁRIA, para a finalidade indicada neste Contrato;

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

4.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

4.1.1 utilizar a área cedida, exclusivamente, na finalidade definida neste Contrato e permitir o uso compartilhado, conforme autorizado pela municipalidade;



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.franca.sp.leg.br



4.1.2 arcar com as despesas decorrentes da concessão e contribuir com sua cota parte nas despesas quando se tratar de área ou torre compartilhada;

4.1.3 obter licenças, alvarás, autorizações, etc, junto às autoridades competentes, necessárias à instalação das torres, antenas e equipamentos, especialmente no Comando da Aeronáutica, Ministério das Comunicações, AVCB, e outras que se fizerem necessárias, apresentando-as à Administração Municipal;

4.1.4 cumprir as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, sociais, previdenciários, civis e comerciais que incidam sobre a atividade de apoio vinculada à mencionada concessão de uso, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer dessas responsabilidades;

4.1.5 não usar o nome da CONCEDENTE para aquisição de bens, assim como para contratar serviços;

4.1.6 arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados, dolosa ou culposamente, à CONCEDENTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes;

4.1.7 manter as instalações da área concedida em perfeito estado de conservação;

4.1.8 permitir que a CONCEDENTE realize as ações de fiscalização quando julgar necessário

1.1.9 não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.

1.1.10 apresentar Relatório de Estudo de Capacidade e Carga e Laudo da Torre, devidamente assinado por responsável técnico sempre que exigido e realizar as obras nele previstas;

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. Este Contrato terá vigência de(*indicar em termos de mês ou ano, em algarismos e por extenso*)...., contados da data da sua assinatura.

5.2. O prazo poderá ser prorrogado, a critério das partes, por igual período ou inferior, até o limite de(*indicar em termos de mês ou ano, em algarismos e por extenso*)..., por meio de correspondentes termos aditivos ao Contrato.

6. CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A CONCEDENTE acompanhará e fiscalizará a execução do presente Contrato, na conformidade do disposto nos arts. 170 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

7. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. A CONCESSIONÁRIA cometerá infração administrativa se:

7.1.1. inexecutar total ou parcialmente o presente Contrato;

7.1.2. comportar-se de modo inidôneo;



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.franca.sp.leg.br



7.1.3. cometer fraudes;

7.1.4. descumprir qualquer dos deveres elencados neste Contrato.

7.2. A CONCESSIONÁRIA, se cometer qualquer das infrações acima indicadas e/ou referidas, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

7.2.1. - advertência;

7.2.2. – multa de 1.000 (UM MIL) UFMF'S – Unidades Fiscais do Município de Franca;

7.2.3. – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o(a) *(nome do órgão ou da entidade)*, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

7.2.4. – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a(o) penalizada(o) ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

7.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

7.5. Na aplicação da penalidade, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. Considerar-se-á rescindido o presente Contrato, independentemente de ato especial, retornando a área do imóvel à CONCEDENTE, sem direito da CONCESSIONÁRIA a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se:

8.1.1. vier a ser dado à área concedida utilização diversa da que a ela foi destinada nos termos deste Contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.franca.sp.leg.br



- 8.1.2.** houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo da concessão;
- 8.1.3.** ocorrer renúncia à concessão ou se a CONCESSIONÁRIA deixar de exercer as atividades específicas destinadas ao uso ou, ainda, na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;
- 8.1.4.** houver, em qualquer época, necessidade de a CONCEDENTE dispor, para seu uso, da área vinculada a este Contrato; e
- 8.1.5.** ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.
- 8.2.** A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos autorizados em lei.

9. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

- 9.1.** Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

- 10.1.** Será providenciada, pela CONCEDENTE, a publicação, resumida, deste instrumento de contrato, no Diário Oficial do Município de Franca.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

- 11.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Franca-SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Franca-SP,, de de

REPRESENTANTE LEGAL DA CONCEDENTE

REPRESENTANTE LEGAL DA CONCESSIONÁRIA
TESTEMUNHAS: